



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

PLANO DE ENSINO

I – IDENTIFICAÇÃO	
Curso:	Direito
Disciplina:	Direito Empresarial III

Ano Letivo:	2016
Semestre:	2º
Turno:	Noite
Carga Horária:	60h
Nome do Professor:	Gláucia Maximin Mendes

II – EMENTA
A disciplina tem como marco Recuperação Judicial; Legitimidade; Competência; Despacho Processamento; Administrador Judicial; Habilitação dos Créditos; Apresentação do Plano; Assembléia de Credores; Comitê de Credores; Execução do Plano; Convolação em Falência; Plano Especial da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte; Recuperação Extrajudicial; Falência; Legitimidade Ativa e Passiva; Causas de Insolvência; Defesas Pré Falimentares. Sentença Falimentar; Habilitação de Créditos na Falência; Arrecadação dos Bens; Realização do Ativo; Pagamento dos Credores; Encerramento da Falência; Extinção Obrigações; Crimes Falimentares

III – OBJETIVOS DA DISCIPLINA
3.1 Geral <ul style="list-style-type: none">• Compreender as Ferramentas Jurídicas para a Recuperação da Empresa em crise Econômico-Financeira;• Identificar os Elementos Estruturais da Falência.
3.2 Específicos <ul style="list-style-type: none">• Conceituar a Recuperação Judicial da Empresa em Crise Econômico-Financeira;• Compreender o Processamento Jurídico para a Recuperação Judicial da Empresa em Crise Econômico-Financeira;• Compreender o Rito Especial da Recuperação Judicial para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;• Identificar as Características da Recuperação Extrajudicial;• Relacionar os Pressupostos necessários para a Decretação da Falência do Empresário ou Sociedade Empresária;• Apontar as Espécies de Defesas do Devedor como Elementos Impeditivos da Falência;• Identificar as Fases Processuais no Desenvolvimento da Falência até seu Encerramento;• Caracterizar os Elementos Estruturais dos Crimes Falimentares.

IV – METODOLOGIA DE ENSINO

3.1 Procedimento.

UNIDADE IV

4. Recuperação Extrajudicial.

4.1 Conceito

4.2 Pressupostos

4.3 Processamento

UNIDADE V

5. Falência.

5.1 Conceito. Princípios.

5.2 Objetivos e Pressupostos.

5.3 Legitimidade.

5.4 Causas de Insolvência.

5.4.1 Impontualidade.

5.4.2 Execução Individual Frustrada.

5.4.3 Atos de Falência.

5.5 Defesas Pré Falimentares.

5.5.1 Depósito Elisivo.

5.5.2 Causas Impeditivas da Falência.

5.6 Sentença na Falência

5.6.1 Sentença Denegatória da Falência.

5.6.1.1 Natureza Jurídica.

5.6.1.2 Recurso.

5.6.2 Sentença de Decretação da Falência.

5.6.2.1 Natureza Jurídica. Recurso.

5.6.2.2 Elementos Constitutivos da Sentença de Decretação da Falência.

5.6.2.3 Efeitos da Sentença de Decretação da Falência em relação ao Falido.

5.6.2.3.1 Em relação aos Bens do Falido.

5.6.2.3.2 Em relação aos Credores do Falido.

5.6.2.3.3 Em relação aos Contratos do Falido.

5.7 Administrador Judicial.

5.7.1 Atribuições na Falência.

5.8 Habilitação dos Créditos na Falência.

5.9 Arrecadação e Custódia dos Bens da Massa Falida.

5.10. Ações Incidentais:

5.10.1 Ineficácia dos Atos realizados pelo Falido.

5.10.2 Ação Revocatória.

5.10.3 Pedido de Restituição: Procedimento.

5.11 Liquidação do Ativo na Falência.

5.11.1 Formas de Liquidação.

5.11.2 Atuação do Comitê de Credores.

5.11.3 Ausência de Sucessão Trabalhista e Tributária.

5.12 Pagamento do Passivo na Falência.

5.12.1 Restituições.

5.12.2 Créditos Extraconcursais.

5.12.3 Preferência dos Créditos Concursais.

5.13 Encerramento da Falência.

5.13.1 Extinção das Obrigações:

5.13.2 Reabilitação da atividade empresarial.

5.14 Crimes Falimentares.

5.14.1 Conceito. Características.

5.14.2 Atuação do Ministério Público.

VI – AVALIAÇÃO

Dar-se-á de forma interfacetada durante as aulas, visando ocorrer o processo ensino-